

## **FORMAÇÃO DA IDENTIDADE NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ANALISANDO UMA SALA DE AULA DA REDE ESTADUAL DE PERNAMBUCO**

Tainá Christine da Conceição Peixoto, UFPE  
tainapeixoto@hotmail.com

Ariana Santana da Silva, UFPE  
santana.ariana@hotmail.com

Tícia Cassiny Ferro Cavalcante, UFPE  
ticiaferro@hotmail.com

### **RESUMO**

Este artigo visou atender à disciplina de “Pesquisa e Prática Pedagógica III – Práticas curriculares na escola e na sala de aula”, do curso de graduação em Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco e o tema escolhido foi a formação da identidade na Educação Inclusiva. A relevância deste assunto diz respeito às constantes contradições que enxergadas por nós entre os marcos legais e teóricos e a prática dos mesmos. Assim, tivemos por objetivo analisar a formação da identidade dos alunos com deficiência em uma sala de aula inclusiva. Nosso campo de pesquisa é uma escola da rede estadual de ensino de Pernambuco, localizada no centro comercial da capital Recife. Utilizamos a abordagem qualitativa para análise dos resultados coletados, através da realização de entrevistas semiestruturadas e observação do campo empírico. Obtivemos com resultado da pesquisa que a realidade escolar ainda está muito distante do que as teorias propõem como o ideal de inclusão.

**PALAVRA-CHAVE:** Educação; Inclusão; Identidade.

### **RESÚMEN**

Este artículo hace parte de la disciplina “Pesquisa y Practica Pedagogica III – practicas curriculares en la escuela y en la clase de aula” de la graduación en Pedagogía de la Universidad Federal de Pernambuco y el tema propuesto fue la formación de la identidad en la Educación Inclusiva. La importancia de esta tematica tiene su causa en las frecuentes contradicciones miradas por nosotros en los marcos de la legislación anadió las teorias y la practica. Así,



nuestro objetivo es analizar la formación de la identidad de los alumnos con deficiencia en una clase de inclusión. Nuestro campo de investigación es una escuela de la red estatal de ensino en Pernambuco, ubicada en el centro comercial de la capital de Recife. Usamos la abordaje cualitativa para la analise de los resultados haciendo entrevistas semi-estructuradas y observación del campo empírico. En el resultado encontramos que la realidad escolar esta aun muy apartada de lo que las teorias defienden como la perspectiva ideal de la inclusión.

**PALABRA-CLAVE:** Educación, Inclusión, Identidad.

## INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de uma pesquisa realizada na disciplina de Pesquisa e Prática Pedagógica III – Práticas curriculares na escola e na sala de aula, do curso de graduação em pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco. Foi realizado numa escola da Rede Estadual de Pernambuco localizada no centro da cidade do Recife, sendo o espaço considerado referência em ensino para pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), ou seja, estudantes com deficiência física, intelectual, fora da faixa etária e que fazem parte de um grupo social “desfavorecido”.

Consideramos importante suscitar um debate sobre a inclusão porque comparando com outros países, no Brasil houve um atraso na implantação e implementação do sistema educacional que abarcassem também as pessoas marcadas pela exclusão não apenas escolar como também social. Segundo Prioste, Raiça e Machado (2006), em nosso país a discussão sobre o movimento inclusivista começou a ocorrer a partir da década de 90 através de reivindicações dos familiares e profissionais da área. Com a Lei de Diretrizes de Bases da educação brasileira de 1996, lei 9.394/96, houve a institucionalização via políticas públicas da obrigatoriedade de práticas educacionais voltadas para as pessoas com deficiência. Não obstante, esta lei ainda apresentar-se-á com um caráter segregador e não inclusivista tendo em vista que ainda não tornou obrigatória a matrícula das pessoas com deficiência na rede regular de ensino.

Compreendemos, certo descompromisso do setor público, pois concebe como uma política de benevolência a questão da inclusão, encarregando às instituições privadas de fornecer serviços de ‘tratamento’ que adequassem as pessoas com deficiência às regras da sociedade, tais como comunicar-se oralmente e locomover-se sozinhos e sem o uso de tecnologias assistivas. Assim, opta-se pelo caráter neoliberal dessas políticas públicas, evidenciando a contradição do princípio da isonomia que consta na Constituição Brasileira de 1988 em que “é dever do Estado tratar com igualdade de condições a todos e todas independente da riqueza e do prestígio”. Por mais que tenhamos visto um aumento na inserção deste público à escola como podemos comparar nos dados do Censo Escolar<sup>1</sup> de 2000, que eram de 81.695 com os de 2010 em que 484.332 estudantes com deficiência ingressaram em classes comuns, esses números ainda não são suficientes para se falar em plena inclusão. No entanto, ressaltamos que não são apenas as expressões numéricas de inserção de pessoas com deficiência matriculadas no sistema regular de ensino que garantem a inclusão. Pois, outros fatores precisam ser considerados como a eliminação de barreiras à aprendizagem, a oferta de serviços e recursos que possibilitem a inclusão.

Sendo assim, discorreremos nossa compreensão sobre educação inclusiva, por meio de uma reflexão sobre os paradigmas da integração e da inclusão, e o que se tem efetivado através das políticas públicas, tomando como base os autores Prioste, Raiça e Machado (2006) e Sasaki (2003; 2006). Colocamos, também em foco, as dificuldades existentes para haver a concretização plena da inclusão através dos conceitos de identidade por Kassar (2000) e Magalhães e Cardoso (2010), abordando por um viés sociológico, no qual a identidade individual é um constructo social não isolado dos setores como o econômico e cultural. Mas que através da concretização de algumas ações podem haver transformações importantes como mudanças no imaginário social,

---

<sup>1</sup> Dados retirados do sítio <<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011/04/18/cresce-inclusao-de-deficientes-em-sala-comum>>.



decerto como mostram as pesquisas de Crochík (2009) onde é preciso que o (a) professor(a) traga essa consciência no seu agir pedagógico.

## **METODOLOGIA E CARACTERIZAÇÃO DO NOSSO CAMPO DE PESQUISA**

Nos meses entre março a maio de 2012, realizamos uma pesquisa de cunho empírico em uma escola da rede estadual de Pernambuco, objetivando verificar a formação da identidade dos alunos com deficiência para analisar se de fato as escolas estão aderindo à inclusão educacional como as teorias que estudamos abordam.

Conceitua-se inclusão social como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. (SASSAKI, 2006, p.39)

Ou seja, uma escola que se propõem a ser inclusiva visa à formação de seus educandos com fins a uma atuação mais independente, no sentido de possibilitar-lhes a tomada de decisões na sociedade, implicando assim, em uma maior autonomia<sup>2</sup>.

Para isso, nos foi cedido pela coordenação da escola uma sala de aula de Educação de Jovens e Adultos/EJA I, correspondente ao primeiro e segundo anos do ensino fundamental. Este espaço físico se caracterizava como pequeno e estreito, o que resultava em uma aglomeração de mesas e cadeiras escolares, dificuldade de locomoção e de aprendizagem, uma vez que a professora mal conseguia chegar perto dos alunos para lhes tirar qualquer dúvida. A turma consta de 12 alunos e alunas com faixa etária variando entre 16 a 55, desses apenas dois estudantes não tinham deficiência. Vale ressaltar que os sujeitos com deficiência tinham sido transferidos de instituições de ensino com práticas segregadoras para esta escola há menos de seis meses em sua maioria. A professora titular tem vinte e sete anos de profissão e está há dois anos

---

<sup>2</sup> “Independência é a faculdade de decidir sem depender de outras pessoas, tais como: membros da família, profissionais especializados ou professores.” (SASSAKI, 2006, p.35)





exercendo a docência em turmas denominadas inclusiva, sem nenhuma estagiária e intérprete de libras.

Apropriadamente-nos da abordagem qualitativa, uma vez que esta corrente vem a nos proporcionar uma melhor análise sobre o tema proposto, dentro da nossa área de atuação. Visto que a nossa intenção é suscitar uma discussão sobre a problemática descrita neste presente artigo, a partir do uso de entrevista semiestruturada e de observações. Objetivando uma melhor compreensão dos dados imensuráveis, presentes no campo de pesquisa. Como afirma Demo 2006 (p. 10) “entendo pesquisa como diálogo inteligente e crítico sobre a realidade, tomando como referência que um sujeito nunca dá conta da realidade e que o objeto é sempre também um objeto-sujeito.” Optamos por fazer uma análise em cima das entrevistas realizadas, levando em consideração também o contexto em que estas foram feitas, assim buscamos compreender qual a concepção de inclusão presente nas falas da professora, de uma irmã de uma das alunas e da própria aluna.

## **ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Os resultados que detectamos por meio das entrevistas e observações realizadas, notamos um “abismo” significativo do que a teoria propõe como educação inclusiva e o que vem sendo implantado dentro da sala de aula pesquisada.

Para nossas análises, foram realizadas um total de seis (6) visitas nesta escola, distribuídas em três (3) observações da prática pedagógica no interior da sala de aula e nos demais espaços de circulação desses alunos, parque de recreação e pátio de merenda. E três (3) visitas para realizar entrevistas, sendo uma com a professora da sala de aula observada, uma com uma aluna com paralisia cerebral com graves comprometimentos na fala e outra com a irmã desta aluna. Salientamos, a dificuldade

existente na realização de entrevistas com outros alunos/as tendo em vista o grau de deficiência que apresentavam.

Iniciamos nossas análises através do trecho da fala da professora que deixou bem claro o que pensa sobre a educação inclusiva. Perguntamos à ela a sua experiência com a educação inclusiva :

*“Já sou professora há 27 anos, há 2 fiz uma formação continuada sobre educação especial e aceitei atuar nessa sala para acelerar a minha aposentadoria.”*

Como podemos observar acima, a fala da educadora revela uma autoestima baixa em relação as suas práticas pedagógicas, o que interfere de forma significativa no futuro da educação inclusiva, uma vez que sua ação pedagógica tenderá a ser cada vez menos comprometida com o verdadeiro processo educativo para a emancipação humana e social. Entretanto, não intencionamos culpabilizar a professora pelo fracasso escolar de seus discentes, pois entendemos que essa situação vai além dos muros da escola e de seu bem querer, é algo fruto de um sistema que tenta se remendar diante das suas falhas para com os indivíduos que estiveram por muito tempo fora dos seus olhos e de seus interesses.

Mesmo algumas ações afirmativas acontecendo, elas possuem muitas limitações tendo em vista que o sistema funciona para produzir relações com base no modo de produção capitalista atendendo os interesses das classes dominantes, uma elite economicamente bem sucedida. Para confirmar esse fato, extraímos novamente outro trecho da entrevista com a professora, na qual ela explana sua concepção de educação inclusiva:

*“Não é isso? Colocar todos os alunos juntos, sem separar.... acho que da forma como ela é praticada dificilmente os alunos vão aprender alguma coisa, ainda acredito que isso pode vir a prejudicar os outros alunos que não tem problema.”*

Esse fragmento nos dá a compreensão de como a escola vem problematizando a questão da inclusão, e de como isso influencia na formação de identidade dos sujeitos que estão imersos nessa realidade, principalmente as pessoas com deficiência, chamadas pela “docente dos que tem problema”. Eles que carregam o peso de serem os culpados pelo fracasso deles e dos outros alunos. Concordamos com Magalhães e Cardoso em sua citação que

a pessoa considerada deficiente aprende, de forma explícita ou subliminar, que ser/ estar deficiente é uma tarefa árdua e marcada pelo conflito, cedo ou tarde, percebe que a diferença/deficiência não é um bom negócio, ou seja, não é uma identidade celebrada. (2010, p. 51 e 52)

A escola não proporciona condições arquitetônicas nem sociais para que estes alunos criem autonomia e independência, o que é impreterível para a participação plena no âmbito escolar bem como uma melhor vivência em comunidade. Nesse sentido, como afirma Sasaki (2006), ainda há uma confusão no uso das seguintes termos: **integração e inclusão** de pessoas com deficiência nos diversos espaços sociais.

Em um dos encontros presenciamos um diálogo entre a irmã da aluna entrevistada com a professora, ela dizia:

*“(...) Não sei nem como você aguenta lidar com toda essa perturbação”*  
(referindo-se a professora)

Essa fala nos mostra que não é apenas a professora que desacredita no processo de inclusão, mas que no imaginário social que vai se estabelecendo como discursos, ainda não se superou a ideia do fracasso individual em que o sujeito é culpado por não se adequar às regras comuns. Além disso, podemos perceber também a necessidade que os familiares têm de querer adequar os seus parentes as regras de normalidade social, pois só assim esses poderiam ser sujeitos de direitos e deveres. Kassar (2000) citando Vygostky nos faz refletir que



“A capacidade de significar (dar sentido a, interpretar e fazer-se entender) de cada pessoa passa a existir pelos significados atribuídos pelos outros às suas ações. O “significar do outro” está na gênese do comportamento “significativo” do “eu”, na gênese do pensamento de cada ser humano, que vai se constituindo inserido em um mundo simbólico/linguístico....”

Em nossa entrevista com uma das alunas, que apresenta deficiência intelectual interrogamos-lhe:

Você gosta de vim para a escola? E da professora, você gosta?

Ela responde o seguinte:

*“Sim, acho legal porque eu brinco aqui...Eu dei ovo da páscoa a ela.”*

Neste fragmento podemos destacar a falta de uma proposta pedagógica articulada e comprometida para possibilitar com o aluno avance no que diz respeito aos conhecimentos universais, tais como saber ler, escrever e contar. Ainda fica evidente que as ações inclusivas não estão contribuindo para o empoderamento dos educandos, o que dificulta na tomada de uma postura consciente e no enfrentamento das barreiras atitudinais. De acordo com Sasaki (apud Sasaki, 2006, 37) o empoderamento significa “o processo pelo qual uma pessoa, ou um grupo de pessoas, usa o seu poder pessoal inerente a sua condição – por exemplo: deficiência, gênero, idade, cor – para fazer escolhas e tomar decisões, assumindo assim o controle de sua vida”,

Ademais, verificamos no seio do neoliberalismo que estão envolvidas as relações de competitividade, o que influenciará até mesmo nas práticas educacionais de inclusão. A implantação e implementação de um sistema que de fato dê igualdade de condições aos diferentes grupos sociais depende de uma atuação em conjunto - não existente - com os outros sistemas, por exemplo, o de saúde, a família e as instituições religiosas.



## CONCLUSÃO

É relevante citar que o resultado de nossas análises nesta pesquisa mostra que a prática da educação inclusiva é incoerente com o seu ideal e que isto, de certa forma compromete a formação da identidade dos alunos com deficiência. Conforme o conceito de inclusão a escola é responsável em fornecer condições para os educandos tornarem-se cada vez mais autônomos e independentes. Isso é fundamental para o processo de empoderamento que para Sasaki (2006, 37) é uma condição inata ao ser humano. Todavia, acreditamos que essa capacidade tem de ser estimulada a se desenvolver, o que é importantíssimo para influenciar nas relações sociais de poder. Assim, as minorias que são excluídas do processo de educação, conseguirá impor seu lugar na sociedade na tentativa de equiparar-se com os demais grupos hegemônicos.

Não obstante, o que visualizamos é que a materialização das ações inclusivas dentro da instituição escolar ainda é muito tímida tendo em vista que a escola ainda não se apropriou dessa responsabilidade como sua. Um dos fatores é porque a sociedade ainda enxerga a pessoa com deficiência como inválida e não como sujeito crítico-ativo. Também porque ainda perdura o pensamento de que o fracasso dessas pessoas ainda é individual e familiar. O que dá margem para que haja a legitimação dos direitos desses sujeitos, entretanto não há a superação das barreiras atitudinais.

Tendo em vista que nenhum conhecimento é conclusivo e que as pesquisas ajudam no entendimento da realidade, consideramos importante que haja maior investidura no quesito “pesquisas relacionada à inclusão de pessoas com deficiência”. Sobretudo, abordando a educação de jovens e adultos visto que cada vez mais, as pessoas com deficiência têm composto esta modalidade de ensino. Esta proposta aparece pela nossa constatação, ao imergimos neste campo de pesquisa, da existência de pouca produção teórica nessa área.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério de Educação e Cultura, **LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília, MEC, 1996.

CROCHÍK, José. CASCO, Ricardo. CERON, Mariane. CATANZARO, Fabiana. **Relações entre preconceito, ideologia e atitudes frente à educação inclusiva**, Campinas, Estudos de Psicologia, 2009

DE LUCA, Renata. **Inclusão: Normalização?** Disponível em:<[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000032002000400018&script=sci\\_arttext](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000032002000400018&script=sci_arttext)>. Acessado em 24 de setembro de 2012.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e Informação Qualitativa**, São Paulo, Papyrus, 2006.

CARVALHO, Fabiana. **Cresce inclusão de deficientes em sala comum**. Disponível em:<<http://www.brasil.gov.br/noticias/arquivos/2011/04/18/cresce-inclusao-de-deficientes-em-sala-comum>>. Acessado em 12 de setembro de 2012.

KASSAR, Mônica. **Marcas da história social no discurso de um sujeito: Uma contribuição para a discussão a respeito da constituição social da pessoa com deficiência**, Cadernos Cedes, ano XX, nº 50, Abril/2000.

MAGALHÃES, Rita. CARDOSO, A. Paula. **A pessoa com deficiência e a crise das identidades na contemporaneidade**, Cadernos de Pesquisa, v. 40, n. 139, p.45-61, jan./abr. 2010.

PRIOSTE, Cláudia. RAIÇA, Darcy. MACHADO, Maria. **Dez questões sobre a educação inclusiva da pessoa com deficiência mental**, São Paulo, Avercamp, 2006.

SASSAKI, Romeu. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão**, Brasília, Mídia e Deficiência, 2003.

\_\_\_\_. **Inclusão construindo uma sociedade para todos**, Rio de Janeiro, WVA, 2006.